

O fio da navalha no tempo das eleições norte-americanas*

Enéas de Souza

Economista da FEE.

Resumo

*As eleições norte-americanas de novembro são decisivas para o mundo. Guerra **ou** paz, guerra **e** paz, elas encontrarão seus candidatos, Bush ou Kerry. Mas o problema será dos eleitores, as decisões de voto acabarão por afetar as relações entre as finanças privadas e o Estado e igualmente atingirão a lógica da dominação das finanças no mundo, uma vez que o Governo dos Estados Unidos está no centro das ordens política e econômica do planeta. E ainda se pode perguntar: os democratas e os republicanos são semelhantes? Sendo a resposta afirmativa, resta uma outra pergunta a fazer: não haverá nenhuma diferença no mesmo? Naturalmente, para completar, a política exterior brasileira faz parte da análise e indaga: como as eleições norte-americanas influenciarão o Governo Lula?*

Palavras-chave

Finanças e Estado; guerra e/ou paz; eleições norte-americanas e Brasil.

Abstract

*United States elections in November are crucial for the world. War **or** peace, war **and** peace will find the candidates, Bush or Kerry. This is a problem for the electors. But vote decisions will affect the relations between the Finance and the State. In addition, they will also affect the logic of the Finance domination in the world, as the United States Government is in the center of the international economic and political orders. Are Democrats and Republicans the same? If so, is not there any difference in equality? Naturally, Brazilian foreign politics are*

* Este texto é dedicado à memória do amigo e historiador Décio Freitas.

part of this analysis: how will American elections results influence Lula's government?

Artigo recebido em 15 mar. 2004.

A grande questão que vai perpassar o ano de 2004 é, inexoravelmente, a eleição norte-americana. E, como um vento raivoso e insistente, os temas dos Estados Unidos estão fustigando os candidatos e a população do País, na busca de um rumo mais acertado. Duas questões são marcantes. De um lado, fogosa e pronta para incendiar tudo, tanto a América como o mundo, está a questão do futuro da economia norte-americana; e, de outro, dinamite pura, fonte crescente de um antiamericanismo mundial e causa profunda do aumento de rupturas locais, a insensata política externa. A primeira questão envolve desde os temas da falta de investimento, do fluxo de capitais externos, do déficit público, da balança comercial até a necessidade de resolver a regulação das grandes corporações. Obviamente, não deixam de ter enorme peso — e peso eleitoral — a imperiosidade de diminuir amplamente o desemprego, a resolução das adversidades da previdência dos fundos de pensões e os cuidados com os problemas da saúde da população. A segunda questão está diretamente ligada à Guerra do Iraque, que, como um vírus manhoso, vai se infiltrando nos lares do País, desde San Francisco, na Califórnia, até Nova Iorque, na Costa Leste. O fantasma da morte dos soldados do Tio Sam, que perecem a conta-gotas nas cidades e nas areias do deserto, mina e provoca uma erosão profunda no sentimento norte-americano de triunfo. Esse impacto é tão mais forte quanto simbolicamente os cidadãos daquela nação estão envoltos numa bandeira antropológica terrível: aquela do *winner*, aquela do vencedor. E, no limite: "*The winner don't loose wars*". Desde a Guerra do Vietnã e, mais ainda, depois do 11 de setembro, lidar com esses aspectos afeta o orgulho e a glória nacionais. Mas vale lembrar que esse ponto se associa a outro, vinculado à questão interna, brotando da área econômica. Chamamos atenção para os escândalos das fraudes corporativas, cuja expressão midiática mais contundente se fixou nas quedas da Enron e da Worldcom, tema ainda não digerido, quase três anos passados, pela opinião pública, firmemente inquieta com o fracasso do modelo da previdência privada e, sobretudo, atingida por um desemprego persistente. Esses dois problemas, o da guerra com seus cadáveres e o da corrupção corporativa com suas mazelas de emprego e de seguridade, atuam sobre a população de forma dramática, insistente, fazendo pressão sobre a identidade

de ser norte-americano, ao mesmo tempo em que abalam estruturalmente a confiança da população. E a confiança, essa musa arisca, é a base da economia e da política.

George Bush adiou o que pôde, usando o terrorismo como espantalho. Mas a hora da verdade chegou, as eleições de novembro são um face a face dos Estados Unidos consigo mesmos. É manhã ou crepúsculo na terra de Marlboro? Talvez seja esta a verdadeira questão, o fio da navalha que se põe nas eleições do outono próximo. E para que não parem dúvidas sobre as indagações que acentuamos no primeiro parágrafo, no início de 2004, o então candidato a candidato, John Kerry, falava de uma “política externa a mais arrogante, inepta e ideológica da história moderna desse país”. E dizia igualmente: “Somos testemunhas do maior período de corrupção do capitalismo na história recente dos Estados Unidos”. Atacava de frente, com a coragem que dizem trazer desde a época da derrota norte-americana no Vietnã, as duas faces de George Bush, a doutrina da guerra preventiva e o capitalismo de regulação fraudulenta, o escandaloso que emerge nesses primeiros anos do século XXI. E há, nesse controverso presidente, a sina do equívoco e da confusão: quando eleito, sua vitória esteve contaminada por uma forte e vasta suspeita de fraude, fizeram parte do roteiro das apurações eleitorais votos duvidosos, que levaram ao aparecimento de batalhas e de artimanhas políticas e jurídicas. De outro lado, chamando-se a si mesmos de América, os Estados Unidos vão ter que decidir qual a direção a percorrer, qual a trajetória a tomar. O certo é que os presidentes republicanos são sempre mais polêmicos e mais problemáticos do que os democratas; basta ver Nixon, Reagan e George Bush pai. Claro, nenhum se compara em conturbações, nem em charme, com o famoso John Fitzgerald Kennedy, que deixou uma herança adversa para Johnson. Mas a rodada eleitoral deste ano, para avaliar a Administração Bush, em época de mundialização, tem o efeito de uma onda e de um manto profano e extenso, que vai balançar o navio do resto do mundo. Pudera, Bush filho teve no seu currículo a queda da Bolsa de Valores e o naufrágio da economia, a queda do World Trade Center e os bombardeios de Bagdá.

Mas há sempre uma pergunta no arquivo do computador e, sobre as eleições de novembro, não poderia faltar. Como serão as coisas para o Brasil. O Brasil foi um país que, nos anos 90, assumiu uma atitude mais liberal que os países liberais, abriu o comércio exterior, abriu o mercado financeiro, privatizou o que estava disponível lucrativamente no Estado e assumiu, em política externa, uma decisão de subordinação, o alinhamento automático aos Estados Unidos. A velha frase de Juracy Magalhães, que usava terno branco e óculos de tartaruga, “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, tornou-se

quase uma estrela-guia para a nossa diplomacia. Ganhávamos apenas o brilho de Collor falando inglês e de Fernando Henrique sendo encapelado pelas universidades do mundo. Era também a diplomacia do “Só fazemos se eles não gritarem”. Era o jogo macio de tentar ocupar os espaços não reclamados. O Brasil apostava, no máximo, em ser potência regional, e a política externa era derivada da aceitação da adesão incondicional ao neoliberalismo, sem ter uma política ativa na mundialização. Com o novo governo, a noite tornou-se dia, o sertão virou mar, e o Brasil tratou de ensaiar uma transformação valente: buscou formular uma política externa global ativa e digna, atuando vivamente em todas as partes do mundo e procurando ser um interlocutor, dentro de suas limitadas forças, para as grandes questões de nossa época.

O financeiro, o Estado e a fuga de Bach

A economia da nossa época tem o comando das finanças privadas, que são como uma mancha de óleo que se espalha por todo o mar. E seu grande segredo é ter a seu lado o Estado, para protegê-la das vontades das demais frações sociais, seja daquelas dos outros capitais — industrial, comercial e agrícola —, seja também das originadas pelas reivindicações e insatisfações das classes subordinadas, envolvendo assalariados ou desempregados, indigentes incluídos. E **a relação entre o capital financeiro e o Estado** constrói uma nova configuração estatal e pública das nações, operando em toda a mundialização, mas principalmente nos Estados Unidos. O objetivo do capital financeiro abrange sempre a abertura de horizontes para a sua expansão e visa à construção de um espaço desregulamentado, onde a mobilidade e a ética do ganho especulativo sejam imperantes e sem contestações. A qualquer ameaça de regulamentação, grita, esperneia, faz caretas e desaparece; sua arte é a da fuga, diferentemente daquela que um dia gostou e desenvolveu Johann Sebastian Bach. Fuga sempre para espaços livres, sem controles, tocando a melodia pobre e fatídica da aversão ao risco. E essa música, nas crises, se transforma em valsa fúnebre, um réquiem, que, de tempos em tempos, atinge as nações. Ou seja, o capital financeiro parece que tem horror do Estado, achegando-se à ideologia do liberalismo, do pouco Estado, sempre proclamando o Estado mínimo. Mas sua face é ambígua, porque, de outro lado, volúvel, um pouco entrando pelos bastidores, exige do Estado controle minucioso, agudo, severo e tenebroso das políticas monetária e financeira, sua única preocupação macroeconômica. Na verdade, requer um Estado forte, controlador, exigente, impositor, coercitivo, limitando e bloqueando políticas que usem recursos do Estado para atender a

reivindicações sociais. Quer um Estado que se desfaça de qualquer pretensão do Welfare State. Quer um controle social amplo e quase irrestrito (veja-se a quantidade de pessoas presas nos Estados Unidos).

Assim, como, via bolsa de valores, as finanças privadas introduzem a visão financeira no chão-de-fábrica das empresas (Souza, 2003a), igualmente encravam, no cerne do Estado, o domínio político e econômico da referida visão (Souza, 2002), que se caracteriza por abordar os temas públicos não como sempre foi, através de cálculo político, mas submetendo esse cálculo ao cálculo financeiro. Só que aí é indispensável, como quando viramos uma luva pelo avesso, descobrir que o segredo da opção e da imposição deste último cálculo tem origem na sustentação política das finanças privadas. Isso quer dizer o seguinte: a dominância estrutural destas últimas na sociedade, que se expressa no domínio da direção do Estado, emprega, inclusive, a coerção desse ente político, **para introduzir, na estratégia, na organização e na mentalidade estatal, a idéia de financeirização dos atos políticos do próprio Estado. Essa política que comanda, sobretudo, as finanças públicas tem a lógica das finanças privadas.** De um lado, cortando benefícios e demandas sociais que não trazem rendimentos monetários e, de outro, isentando impostos, concedendo incentivos, desregulamentando responsabilidades do lado financeiro das empresas em relação aos compromissos públicos e às obrigações diante do Estado. O objetivo principal é sempre um: aumentar as rendas das corporações, constituindo, com essa estratégia, o que poderíamos chamar **desenvolvimento financeiro da sociedade.** Assim, temos uma metamorfose do Estado, que, embora continue extremamente forte em relação à sociedade em geral, se torna fraco ou coadjuvante diante das necessidades de expansão do capital financeiro. O esquema é simples: políticas monetária e financeira mais o mecanismo das agências reguladoras, que são o capital dirigindo o capital por intermédio do setor público. O exemplo mais evidente é a Security Exchange Commission (SEC), a agência que rege a ação das bolsas.

Como resultado da relação entre o capital financeiro e o Estado, temos a hegemonia do primeiro sobre a sociedade, que instala, por meio dos partidos políticos, obviamente de forma não mecânica, uma estratégia e uma política financeira para o Estado. O Estado faz uma dupla ação sob a definição financeira da política e impõe a todos essa visão, sabendo-se que, para melhor condução do processo, na ideologia do Estado mínimo, é necessário o afrouxamento dos regulamentos para a obtenção de maiores rendas. Nesse ponto, cabe perceber uma mudança de política econômica decisiva: ela tem que ser elaborada para buscar não o bem comum, mas, dentro de uma composição política de poder possível, para alcançar o desenvolvimento financeiro — e não neces-

sariamente produtivo — das corporações. O desenvolvimento econômico não é mais desenvolvimento produtivo, expansão de emprego, mas, sim, rendas para a sociedade (por isso, a idéia de um capitalismo popular acionário), o que favorece, em primeiro lugar, as finanças. E é absolutamente importante salientarmos e reafirmarmos que a categoria que organiza o pensamento e a sociedade capitalista do final do século XX e do início do XXI não é mais a do lucro, mas, sim, a da renda. Daí que o desenvolvimento econômico é o desenvolvimento financeiro da sociedade, e não o desenvolvimento produtivo e social. Corresponde essa realidade ao triunfo das finanças, vitória que comporta o comando da direção social, cujo reflexo é a hegemonia consentida, ou não, sobre a indústria, o comércio, a agricultura e os serviços. Por isso, **o desnucamento do conceito de investimento na teoria econômica**, que não é mais investimento produtivo, mas qualquer investimento e, prioritariamente, investimento financeiro. Desconecta-se, como um bom mágico, a cadeia lógica do desenvolvimento produtivo e social: investimento, expansão da produção, emprego. O que faz com que o investimento não resulte necessariamente em aumento da produção, e, se ocorre o aumento da produção (aqui associada ao aumento de produtividade e ao aumento de tecnologia), não provoca aumento do emprego. O neoliberalismo não é um sistema para a sociedade, é um sistema para o lado financeiro do capital e para o lado financeiro das pessoas. Então, cabe afirmar a evolução da teoria: para os financistas, Keynes está morto.

Essa relação entre o capital financeiro e o Estado se instala em toda a correnteza da mundialização e se constitui como uma base mais genérica, os cordões que manejam o jogo político das nações. Ela está perfeitamente vigente nos Estados Unidos. E estará funcionando nesse caldeirão norte-americano que se aproxima e que são as eleições de novembro.

O euro é o novo sol financeiro

A relação entre o capital financeiro e o Estado aproxima-se mais do concreto quando fazemos uma análise da crise atual da economia capitalista e da economia norte-americana em particular. A primeira, a crise da economia capitalista, expressa-se visivelmente no desgaste da moeda principal, o dólar. E as razões são diversas, mas, nesta passagem, queremos apenas salientar que esse padrão monetário precisa ser desvalorizado para atender à necessidade de recuperar a economia estadunidense. Vale dizer que, nesse momento, há uma dupla realidade: há essa desvalorização do dólar, com repercussões na

economia mundial, e há a necessidade de fornecer ao capital financeiro uma nova moeda, que possa ser, ao menos temporariamente, como sempre foi o dólar, também reserva de valor.

Na verdade, teríamos hoje duas moedas realizando essa função: uma em reformulação; outra, estável. Pois, para tal, as finanças privadas já construíram um novo aeroporto, que permite pousos e vôos. As massas financeiras encontraram um novo ponto de segurança, a União Européia e sua moeda, nesse constante viajar em busca de valorização — e valorização, se possível, permanente. Estamos falando de uma pulsão constante, mas de resultados oscilantes, uma pulsão de valor que visa, sempre que possível, acrescentar mais valor.

A racionalidade do capital global não deixou de encontrar o seu sol, aquele que poderia organizar a orientação das bússolas dos aviões das aplicações financeiras. Esse sol surgiu através de um longo processo social, que se materializou nas arquiteturas política e econômica da União Européia. Delas brotou o atual, e agora enobrecido, euro. O que foi salvo, nesse momento, por essa sua construção? Em primeiro lugar, emergiu uma moeda que poderia servir de padrão monetário, eventualmente substituto ou capaz de dividir (caso atual), pela sua estabilidade e fortaleza, a função de reserva de valor exercida pela festejada moeda norte-americana e que, de modo frutífero, poderia assegurar, nessa passagem histórica, que as valorizações financeiras não fossem desgastadas, incomodadas, na presente realidade, pela necessidade de desvalorização do dinheiro da economia da América do Norte, como força instrumental para buscar a retomada e a recuperação do crescimento norte-americano. Em segundo lugar, para que as finanças, mesmo na crise da economia produtiva (dos Estados Unidos e, por derivação, da União Européia, ao menos), não deixassem de se valorizar indo de um lado para o outro, isto é, não só da América do Norte para a Europa, como também para o Japão e para o resto do mundo, mas também percorrendo o sentido contrário, o vice-versa, fazendo o circuito rotativo, igualmente pendular, próprio do capital financeiro. E isso é tanto mais exequível e mais eficaz para o crescimento financeiro por existir uma moeda estável, já que a instabilidade do padrão monetário acarretaria dificuldades de cálculos para consignar os resultados da dinâmica das finanças privadas. Nesse sentido, nada melhor que o euro para dar tempo aos Estados Unidos. Quando a economia recobrar o crescimento, ocorrerá a oportunidade de o dólar voltar à sua posição de reserva de valor, sem maiores percalços, sem maiores atropelos.

“Decifra-me ou te devoro”

Podemos estabelecer uma conclusão já expressa nas entrelinhas deste texto: em suma, para as finanças privadas, o espaço econômico, principalmente financeiro, é absolutamente planetário, mundializado, globalizado, enquanto o espaço político é fragmentado em unidades estatais nacionais, com a ressalva importante de que um Estado lidera um conjunto de Estados para conseguir controlar a fatal instabilidade do mundo capitalista, tanto no plano da economia quanto no da própria política. Servem-nos de suporte para essa idéia as crises e os comportamentos dos Estados Unidos, desde a crise do México, quase na metade dos anos 90, até o próprio colapso da economia norte-americana em 2000.

Por isso, a questão do Estado norte-americano, olhando tanto pelo lado político como pelo econômico, é absolutamente decisiva, pois, como uma hidra de duas cabeças e como uma esfinge edipiana, ela diz: “Decifra-me ou te devoro”. Ela coloca em jogo a forma da política de organizar e de regular o Estado e a sociedade, para proporcionar um controle adequado com vistas ao desenvolvimento financeiro da economia. O objetivo desta, como já salientamos, é a renda e não lucro e, como efeito da dinâmica das finanças, também não é o emprego. As questões candentes derivadas dessa hegemonia, que fazem sombras neste ano de 2004, requerem ações estatais para que o caldo geralmente exuberante das aplicações em títulos, ações e derivativos — quase restritas a corporações — não deixe outros agentes da economia sem rendimentos. No entanto, olhando para os Estados Unidos, o que está em jogo, além da continuação do desenvolvimento financeiro, são os seguintes temas desdobrados: como criar novos postos de trabalho para atender a uma boa massa de desempregados? Como expandir os cuidados médicos para toda a população? Como desenvolver uma economia sem que ela traga, após um festival especulativo, a brutal sensação de desordem na desregulação do Estado? Como evitar — e por que meios — que a organização empresarial chamada “*corporate governance*” prossiga como instrumento de fraude do capital e dos executivos do topo das empresas, que burlam, inclusive, aplicadores e acionistas? Como evitar que a previdência dos fundos de pensões aniquile as aposentadorias dos empregados das empresas mal geridas, etc.? Dito de outra forma: como restabelecer a confiança geral e o ambiente adequado aos negócios? Enfim, como elaborar uma estratégia e uma política que proporcione, a todas as frações do capital, um clima satisfatório para o desenvolvimento da concorrência empresarial e que forneça à população meios de expansão de vida tais que ela não enxergue o atual capitalismo como sinônimo de corrupção generalizada?

A questão passa a ser como se organiza a economia norte-americana. Nessa época financeira, os Estados Unidos, nos anos 90, armaram-se de uma estrutura complexa. As finanças, não só as de origem norte-americana como as vindas do resto do planeta, trataram de concentrar o seu movimento em torno do mercado financeiro norte-americano, tendo como alvo os títulos do Tesouro daquela nação, para obter rendas seguras, e as ações da bolsa como aplicação privilegiada para ganhos especulativos. Ao mesmo tempo, a bolsa, como uma aranha se movimentando em teias alongadas, tornou-se uma correia de transmissão para a entrada da mentalidade e de métodos financeiros na gestão de todos os segmentos das empresas. O instrumento já é famoso, recebeu o nome de *corporate governance* e, com um toque de Midas, transformou a empresa num ente praticamente financeiro (Souza, 2003a; Scherer, 2003). De qualquer modo, o decisivo para as questões que nos interessam é que a completa abertura financeira foi extremamente útil para financiar o Tesouro norte-americano, com os seus déficits (gerados, em parte, no Governo Clinton e também no Governo Bush), e para dar cobertura ao vasto déficit comercial dos Estados Unidos. Um negócio de mão dupla: além de assegurar resultados tranquilos na aplicação de títulos e atender à fome de ganhos polpudos na especulação da bolsa, seja para os capitais nacionais, seja para os internacionais, o Estado norte-americano garantia tanto a sua própria viabilidade financeira como amealhava para a demanda de importações nativas a proteção indispensável. Com isso, puxava o crescimento da economia produtiva mundial (e tinha como acréscimo um efeito na concorrência interna da economia norte-americana, tornando-se uma pressão adicional para promover uma baixa no custo da mão-de-obra interna). Ou seja, as finanças privadas operam a economia norte-americana, articulando um Estado que mantém a cobertura de seus déficits através dos títulos públicos e, ao mesmo tempo, a cobertura do déficit da balança comercial, com o apoio de outras frações do capital financeiro do mundo todo. Dito de uma terceira forma: a economia norte-americana é algo que ultrapassa o seu espaço nacional, pois articula tanto as finanças do mundo como as demais economias a seu favor. Portanto, o capital financeiro organiza a economia do mundo (finanças, produção e serviços), centrando a dinâmica do processo econômico na economia norte-americana, que absorve tanto as exportações de capital como as exportações de mercadorias de todo o planeta. O ponto-chave dessa organização é a política do dólar forte, através de um calculado “manejamento” da taxa de juros.

Depois da crise norte-americana de 2000, a política financeira alterou-se, trabalhando a desvalorização lenta do dólar, irmanada, ao mesmo tempo, a uma baixa histórica de juros. Nessa hora, os capitais especulativos voltaram-se

indóceis e trataram de rumar a outros mercados: Europa e países emergentes. Mas, como sabem que os títulos públicos dos Estados Unidos continuam a ser os mais seguros, mantêm, apesar de tudo, um razoável grau de fidelidade. A segurança divide-se entre o euro e o dólar, entre o mercado norte-americano e a União Européia; e a especulação multiplica-se para outras partes do mundo. Mas a inversão da realidade está noutro ponto: o movimento dos capitais produtivos da Europa, principalmente, começa a dirigir-se para os Estados Unidos. Portanto, a conta de capital continua controlada, apesar do dólar fraco, e os norte-americanos continuam importando uma soma avultada de mercadorias. O euro só proporcionou o cumprimento da função monetária de reserva de valor, agora dividida momentaneamente, que mede, sem maior desgaste, a valorização efetiva do capital no presente instante. E a economia norte-americana foi compensada com os investimentos produtivos de origem européia, não diminuindo, inclusive, o seu consumo externo. O que se alterou, e muito, formando uma ameaça significativa, ao menos no médio prazo, foram os déficits públicos, que, após um pequeno *intermezzo* do final da era Clinton, passaram ao desbordamento e ao extravasamento impressionantes do período George Bush.

Guerra e paz

Quando trabalhamos com a hegemonia do capital financeiro, temos que destacar dois planos: a construção do espaço econômico — onde o espaço assume um caráter livre e uma natureza infinita (talvez na perspectiva hegeliana do “mau infinito”) — e a organização de um espaço político — onde se dá a sustentação do primeiro, mas com dinâmica própria, a partir de um Estado imperial, no caso os Estados Unidos, que desempenha o papel de liderança e de garantia dessa arquitetura. Assim, o que vai nos interessar no presente item são essa liderança e essa garantia.

No volúvel quadro do fim do ciclo econômico dos anos 90, o Governo George Bush encontrou, diante da crise econômica, uma solução bélica. Ou seja, se percebermos bem, inverteu a equação de Clausewitz (1965, p. 62), que, ao juntar política e guerra, afirmava que a guerra é uma continuação da política por outros meios. Um filme como *Dr. Strangelove* (*Dr. Fantástico*), de Stanley Kubrick, mostra, ao contrário, que existe um pensamento militar que diz que a política é muito importante para ser deixada nas mãos dos políticos. Seja como for, a valorização por parte dos norte-americanos de seu excepcional poder militar (Kagan, 2003; Todd, 2003) proporcionou a construção de uma estratégia

chamada “guerra preventiva”. Estava no seu alvo a transformação de um poder de liderança compartilhado e multipolar. O objetivo era concentrá-lo, praticamente todo, no Governo dos Estados Unidos. Nesse caminho, construiu-se uma nova estratégia, o unilateralismo, e uma nova ideologia, o neoliberalismo da força, o que permitiu ações no sentido de abrir vários caminhos: primeiro, reforçar a liderança norte-americana diante do crescimento lento, mas paulatino, da política da União Européia; segundo, acentuar a liderança dos Estados Unidos, reforçando a unilateralidade, através da ênfase no aspecto militar (contribuía, para isso, a desproporção imensa entre a força militar desse país e a dos demais países europeus, inclusive no aumento de recursos destinados ao orçamento militar, a partir de 2002); terceiro, unificar o mundo ocidental em torno da política do neoliberalismo, que reforçava tanto a finalidade, o *telos*, do capital financeiro como a fortaleza do Estado dos norte-americanos; quarto, promover guerras eventuais contra adversários frágeis, tanto para reforçar essa idéia de poder absoluto como para concretizar “(...) o objetivo estratégico fundamental dos Estados Unidos [que] passa [a] ser o controle político dos recursos mundiais” (Todd, 2003, p. 31); quinto, alcançar uma certa unidade interna, devido às crises da economia e da política norte-americanas, sobretudo depois da eleição de Bush, considerada fraudulenta, e do ataque terrorista de 2001.

Então, a eleição de novembro traz um novo momento para os Estados Unidos, que conduz a nação a um defrontar-se com a sua história e com as suas decisões, visando superar a encruzilhada que se divisa à frente e, se possível, como alguém que tira energias de dentro de si, caminhar para o futuro. Na verdade, o País tem, para empregar a expressão de Guimarães Rosa, “duas veredas” a escolher. Uma é manter a trajetória de sua alteração, começada em 2000, por ocasião do Governo Bush, cujo projeto já analisamos em artigo anterior (Souza, 2003a), e para o qual demos o nome de “neoliberalismo da força”. Nele, os problemas norte-americanos e a sua liderança no mundo são assumidos por uma concepção militar do mundo. Naturalmente, está por detrás dessas idéias e dessas ações de governo uma combinação surpreendente, que vai desde fundamentalistas religiosos até fundamentalistas militares. Seja qual for a sua efetiva composição, o que importa ver no Governo Bush é que ele assumiu a guerra como ordenadora da política e mesmo da economia, e a união das questões internas e externas centra-se na belicosidade, em função tanto da imagem da agressão terrorista, expressa contundentemente no episódio do World Trade Center, como na gerência dos recursos do mundo, a partir de um *mix* envolvendo política, economia e ideologia, cuja imagem ampla é o Oriente Médio. A estratégia acaba por se concentrar no manejo da guerra, que, provocando medo e angústia, permite aos Estados Unidos, senão colmatar todos os

problemas que os afligem, pelo menos jogá-los para mais longe, enquanto aguardam algum momento, mais no longo prazo, para resolvê-los, ao menos um de cada vez. O que interessa é o sucesso do triunfo agora, mas o problema é o seguinte: as forças sociais — em especial, as finanças privadas — estariam dispostas a manter esse estado de tensão e, sobretudo, a dividir o déficit fiscal com o setor bélico, para suportar uma incerteza maior na sociedade, produzindo uma amplificação dela nos mercados mundiais? Seria conveniente acrescentar à instabilidade financeira, de que sempre falou com muita acuidade Minsky, a instabilidade do estado de guerra? Poderíamos ver que a tensão criativa da Guerra Fria, com sua competição furiosa ameaçando culminar numa guerra nuclear, está sendo reinventada por George Bush e seus comandados, só que em forma de uma tensão fabricada e magnificada do terrorismo? Avançaríamos na hipótese de que o unilateralismo do bem e do mal visaria, sustentado num poder nuclear quase incontestável e incontestável, encontrar o domínio da economia e da política, por uma permanente exploração de um clima de guerra, bordado pela ideologia da liberdade e da democracia para todos? Tudo isso seria capaz de tapar e bloquear os anseios de aumento de emprego, de educação, de saúde, de maior igualdade entre os agentes sociais no plano interno e, ao mesmo tempo, de atrair os seus aliados externos desejosos de ampliação de suas realidades econômicas, de multipolarizar as decisões políticas sobre o mundo, de fornecer esperanças aos pobres e miseráveis do mundo? Seria possível prever que acabarão por vencer as idéias dos valores econômicos e os valores da força como avaliadores de todas as dimensões da vida? A essas perguntas, a proposta de Bush pretende continuar respondendo sim.

A outra vereda, que não traz necessariamente a paz, cuida que o neoliberalismo não se sustente basicamente na guerra. A pretensão é, em verdade, romper com o unilateralismo e, como consequência, unir as duas faces: a política — concertando as relações internacionais com outras potências, como a União Européia — e a econômica — retornando a um capitalismo onde não se privilegie somente o financeiro, ocupando a economia e a produção com flores da inovação e da tecnologia. E, ainda, eleitoralmente — e quem sabe como uma derivação política econômica —, realizar uma retomada alargada do emprego. No entanto, as promessas de maior igualdade de renda para as pessoas sempre terão que se ver com o movimento do capital financeiro, explosivamente diferenciador de rendimentos.

Algumas questões balizarão qualquer vitória democrata: primeiro, como será a coordenação do Governo para definir políticas econômicas e sociais articulando as finanças e a produção, o que envolverá protecionismo, incentivos, impostos, gastos em educação, em saúde, exportação de empregos, etc.?

Segundo, a política internacional retornará a um certo multilateralismo consentido e com uma face nova, agora firmemente reafirmado, em colaboração com Inglaterra, França, Alemanha, Japão? Terceiro, como negociarão os Estados Unidos, para estabelecer uma hierarquia e uma ordem mais estável no mundo, as funções dos órgãos supranacionais, como a ONU, o FMI, o Banco Mundial, a OMC, o G-7, etc.? Quarto, quais serão a política financeira e o caminho da retomada da economia norte-americana? Dito de outra forma, qual será a política em relação ao dólar e sua relação com o euro? De revalorização? De manutenção da predominância do euro? Quinto, como será o enfrentamento das fraudes escandalosas proporcionadas pelo estilo da regulação estatal e pela *corporate governance*, base para expansão do capitalismo contemporâneo? Essa pergunta se desdobra em inúmeras outras questões: como serão solucionadas as regras dos fundos de pensões? Como será a relação entre os acionistas e a direção das empresas? Como ocorrerá a transparência indispensável da contabilidade? Como se fiscalizará a lisura das agências de *ratings*? Como poderão ser controladas as manipulações das informações pelos bancos de investimentos? Como poderão ser legalmente controladas as notícias mentirosas e as colunas enganadoras dos jornais, etc.? Sexto, qual será a política para aumentar o investimento produtivo e em inovações em tecnologia, visando, inclusive, aumentar o emprego nos Estados Unidos? Sétimo, como será controlado o déficit fiscal, se ocorrer uma política ampla de cobertura da saúde? Ou a política fixar-se-á somente, por exemplo, para as crianças? Oitavo, como se resolverá o endividamento excessivo das famílias? Com novas isenções fiscais e sem favorecimento aos ricos?

É preciso considerar que as questões de um e de outro candidato são pedras nos caminhos de ambos. A nossa preocupação é salientar os problemas mais centrais na direção democrata ou na direção republicana do Governo, no atual estado das coisas. De qualquer forma, o que está em jogo não é necessariamente guerra ou paz, mas guerra e paz, parecendo que haverá uma opção: ou mais ênfase na primeira, sem se apartar da segunda; ou mais acentuação na paz, sem se olvidar a guerra. Ou seja, nos termos do que estamos propondo neste artigo, é mais do que claro que as finanças não deixarão de comandar a economia, porque o seu domínio sobre a estruturas econômicas é irreversível. Só que as formas de composição de sua articulação com os demais capitais e com a sociedade são totalmente diferentes, elas se organizam com ênfase ou numa **democracia bélica**, ou numa **democracia liberal**. Por essa razão, a organização do Estado norte-americano que vai sustentar essa hegemonia tomará esta ou aquela trajetória, seja desdobrando uma concepção mais unilateralista na política e multilateralista na economia, seja projetando-se em

algo mais multipolar, nos pontos principais. Certamente, a ideologia passará por outra divergência: ou continuará uma acentuação no campo do neoliberalismo da força, ou percorrerá uma retomada da ideologia puramente liberal.

Os dois adversários invisíveis

Existem dois perigos eminentemente políticos que se antepõem ao projeto do capital financeiro: o terrorismo e a altermundialização. São projetos difusos, quase etéreos, ocultos, que emergem na cena política eventualmente, fazendo a sua aparição e ameaçando a tranquilidade da globalização comandada pelas finanças privadas. O **terrorismo** é uma forma de luta através da qual grupos sociais explorados, marginalizados e inconformados assumem, nas cenas militar e política, através de ataques vertiginosos às forças da ordem, o seu profundo antagonismo aos regimes dominantes. Trata-se de uma forma desesperada, extremamente agressiva e vastamente destrutiva, que usa os militantes como fósforos que se acendem e se apagam, fazendo do terrorista suicida o emblema do engajamento. Cada um deles, no limite do seu corpo e da sua alma, é preparado para fundir-se com a bomba que explode, com a fuselagem do avião que se torna uma nebulosa da morte. Sem querer fazer um estudo sobre o terrorismo e suas formas, o que nos importa aqui é olhá-lo sob o efeito e o balizamento que produz na eleição norte-americana e no capital financeiro, pois este não é o lugar de se debruçar sobre as causas de sua existência e de seu movimento. Para o nosso propósito, basta dizer que esse movimento ganhou importância após a queda da União Soviética, vestindo a máscara da oposição aos Estados Unidos, e chegou à triste celebridade da mídia mundial com a ampliação dos ataques do Al Qaeda às torres gêmeas norte-americanas. Essa ampliação deu uma nova e audaciosa feição ao terrorismo. O ataque ao World Trade Center não foi somente uma cruel e selvagem agressão, teve conotações militares, políticas e religiosas. Talvez quem realçou o destaque político mais substancial dessa violência foi Jean Baudrillard (2002, p. 9-10), ao tratar o ataque como um “acontecimento simbólico (...) um acontecimento absoluto”. O atentado não foi só o questionamento do poderio, da riqueza, da solidez, da dominação, etc. dos Estados Unidos, mas também um repto à sua civilização, ao padrão “*american way of life*”. O terrorismo causou, nos Estados Unidos e no Governo norte-americano, uma imensa crise na segurança, mas causou mais, causou uma profunda lesão — mais além da epiderme —, causou uma rasura simbólica que não atua na superfície, mas devora as entranhas da identidade de uma população.

O terrorismo questiona, desde bom tempo, tanto os políticos democratas como os republicanos. No fundo, pergunta qual é a resposta que o futuro Governo norte-americano dará aos equívocos praticados a partir do atentado de Nova Iorque. Jean Braudrillard (2003, p. 46) escreveu, noutra parte do mesmo texto citado acima, que temos de considerar que, até agora, a guerra foi o “prolongamento da ausência de política por outros meios”. Esse diagnóstico alerta, como uma ostra grudada nas pedras do mar da globalização, para o tratamento norte-americano ao islamismo e ao Oriente Médio, exigindo que haja múltiplas soluções, desde políticas até ideológicas e religiosas. Mas o tema mais agudo, de mais longo prazo, que deveria organizar todas as transformações, vem de outra pergunta: é possível haver cicatrização para a ferida simbólica? Se não, o rola-rola, o lomba abaixo do século norte-americano continuará seu trajeto de trevas e de derrotas, de dores e de desconfiança. Essa questão simbólica fermenta o profundo da sociedade norte-americana, o seu “inconsciente social”, principalmente se a olharmos associada ao terrível tema da corrupção do sistema económico, grassando e trazendo à pele das comunidades a negação do brilho do liberalismo e do modo norte-americano de viver. O atentado de Madrid ampliou a área do conflito, envolvendo mais diretamente a União Européia, por extensão ao ocorrido na Espanha. Já as promessas de ataque à Itália, à Inglaterra e ao Japão dariam materialidade ao alargamento da luta. Imaginemos, no limite, a gravidade da ação terrorista causada pela dilatação da geografia dos embates numa guerra em todas as dimensões. Portanto, a solução da questão do terror passa, e é urgente, por definir uma política por outros meios que não o conflito armado, por uma política que atue efetivamente sobre as causas a serem bem estabelecidas, e que, para bem compreendê-las, seja capaz de manejar a ferida simbólica. A opção contrária talvez interesse à indústria bélica e ao militarismo, mas não à humanidade.

Já a **altermundialização** é algo de outra natureza. Configura-se como um movimento vasto, imperfeito, contraditório, dispersivo, caótico, que se concentra basicamente no Fórum Social Mundial, agora distribuído em fóruns locais, fóruns nacionais, fóruns regionais, etc. Ele canaliza uma quantidade muito grande de pessoas que estão insatisfeitas com o capitalismo e com sua civilização, total ou parcialmente, e que recusam o terrorismo. Por isso, aglutina marxistas de diversos tipos, ecologistas, anarquistas, representantes de minorias exploradas, como negros, camponeses, mulheres, etc., o que possibilita associações múltiplas no interior ou fora do seu movimento, que começam a ter ações que podem desembocar em aspectos mundiais. O exemplo mais expressivo foi, certamente, o lançamento de passeatas contra a guerra de George Bush. Cerca de 11 milhões de militantes foram às ruas em todo o mundo. Não cortaram a

guerra, mas colocaram o governo conservador e belicista na defensiva em termos ideológicos, e não somente no mundo inteiro, mas também nos Estados Unidos, sendo um dos efeitos, um dos parâmetros, para a atual eleição. Daniel Bensaid (2003, p. 38), no seu **Le nouvel Internacionalisme**, aponta-nos como “temas unificadores do novo internacionalismo”: o controle do movimento de capitais; a renegociação ou a anulação da dívida do Terceiro Mundo; a sustentação dos direitos democráticos da mulher, dos camponeses, dos jovens, das crianças e a defesa do direito à saúde e à educação pública; a luta contra a privatização dos serviços públicos, dos recursos naturais e do patrimônio comum da humanidade; a mobilização ecológica; a luta contra o militarismo e a guerra. E foi deste último ponto que saiu a luta ideológica contra George Bush. A altermundialização é a nova utopia em andamento.

Dentro do enfoque do capital financeiro, esses dois movimentos são perturbadores, embora sejam adversários relativamente invisíveis e complexos, porque não estão localizados em países precisos. Um joga na guerra, outro na paz. E Bush vem perdendo para os dois, já que, num tipo de confronto como esse, a não-vitória completa já é uma derrota. Se não, vejamos: os terroristas não têm condições de derrotar os Estados Unidos, suas chances são zero. Eles não estão nem próximos de uma resistência militar e política como a do Vietnã, mas o terrorismo tem impedido uma vitória definitiva dos norte-americanos, seja porque impõe ao Iraque a impossibilidade de uma paz, seja porque afeta o próprio lado norte-americano com a progressiva significação das mortes dos soldados dos Estados Unidos. Ou, ainda, porque a estratégia dos atentados mantém viva a crítica inquietante de um modo de gerir o Oriente Médio e o mundo. Temos, por essa razão, um aumento de incertezas no horizonte do capital financeiro, pois a guerra pode ameaçar os seus interesses. De outra parte, a altermundialização, esse novo internacionalismo, afeta, ideologicamente e de maneira estrondosa, as convicções internacionais favoráveis ao capitalismo. E, embora o nível de utopia seja grande, a acelerada consciência da financeirização do mundo cria obstáculos e alimenta idéias contra os aspectos danosos das finanças privadas, tentando reverter, no plano do Estado, o tema do controle, uma vez que o capital financeiro sempre procura usá-lo para deter as demais classes. A altermundialização, detonador pacífico, força-o a pensar, ao contrário, na monitoração do próprio financeiro, mas igualmente no controle de outros capitais, como nas ações contra a Monsanto. O que está em jogo aqui, num lance de dados, é o dinamismo crescente de uma oposição ao triunfo absoluto do capitalismo. É um movimento utópico, mas sem uma utopia nítida e clara. Talvez, no movimento, estejam múltiplas utopias. Todavia existe algo em comum entre os erráticos grupos participantes, uma rejeição aos métodos

selvagens do capital. Estes não exibem, no conjunto, uma ideologia regressiva, assumindo exatamente o oposto: a busca de uma outra mundialização. Como a altermundialização não tem proposta de poder, como não funciona como partido político, como não tem formas de organização fechadas ao estilo leninista, agindo às claras, de modo aberto, desenvolve-se num espaço público, mas não estatal. E, como um perfume insidioso, provoca fraturas importantes tanto na ideologia conservadora como nas políticas econômica e social da ordem neoliberal financeira.

Nada tão igual aos republicanos como os democratas

O extraordinário filósofo grego, o pré-socrático Heráclito, que traçava seus pensamentos sob a forma de aforismo, formas curtas de traduzir idéias, afirmava: “O começo e o fim do círculo são o mesmo”. Nesse jogo de democratas e republicanos, pensam os antagonistas do capitalismo norte-americano e mesmo Ralph Nader, o candidato que se coloca como *tertius*, que não existe diferença entre os dois lados, entre os dois candidatos. Do ponto de vista da história e da sociedade, estruturalmente, até pode ser, mas, do ponto de vista dos candidatos, certamente não. Claro, asseguram-nos seus adversários: “Nada tão igual quanto um democrata e um republicano”. Mas não é bem assim. Vejamos o que está em causa nessa eleição. O que descrevemos nos outros segmentos nos dá a liberdade de dizer que, diante da economia e da política como tal, há duas saídas. Talvez não sejam distintas quanto a mudanças profundas do capitalismo financeiro e suas formas sociais, mas, no que toca às posturas dos candidatos, aí sim, encontramos duas atitudes e duas posições diferentes face ao capitalismo vigente. Portanto, há algo semelhante, mas há igualmente diferenças. Diria, sem condescendência, um insistente crítico: sim, são diferenças no mesmo. Pois, sejam. Mas vejamos, de um lado, a vereda política. Seguramente, os Estados Unidos continuam sendo militarmente o país mais poderoso, não só por causa do triunfo da Segunda Guerra Mundial, quando angariaram o estatuto de melhores forças armadas, como também pelo treinamento constante de seus homens e pelas qualidade e renovação persistentes de suas armas, apesar da derrota impactante no Vietnã. Nesse ponto, as coisas mostram-se claras, a força do poder militar faz com que os Estados Unidos possam liderar a arquitetura de uma ordem política para o planeta. Dissemos bem, liderar; já que liderar não é impor, não é conduzir as reformas sem deixar de convidar alguém para o

debate. Por isso, a teoria da guerra preventiva transforma as outras nações em potências de segunda classe, e totalmente inseguras, uma vez que, na teoria, os Estados Unidos podem invadir qualquer lugar, qualquer país. Elimina-se o escudo protetor do princípio da soberania nacional, cancelando o princípio da não-intervenção. Se essa é a posição republicana de George Bush, cuja doutrina permitiu as invasões do Afeganistão e do Iraque, o correspondente a ela é um retorno a um tipo de política democrata que Clinton exerceu, ou seja, liderança norte-americana, princípio da soberania nacional, valorização da ONU e da coalizão internacional, privilegiando a Europa. Como conclusão, o que se decide nessa eleição está mais do que evidente: **ou o unilateralismo imperial, ou o multilateralismo consentido**; ali republicanos, aqui democratas, a pequena grande diferença no mesmo.

Na questão econômica, a realidade é complexa, porque, no nível mais geral, cabe aos Estados Unidos tentar manter o dólar fraco, ou seja, continuar desvalorizando a sua moeda, com a finalidade precípua de conquistar novos mercados, ou seja, fortalecer a sua indústria, ao mesmo tempo em que, com a taxa mais baixa de juros dos últimos quase 50 anos, buscam alcançar a recuperação dos negócios e, se possível, a recuperação e a expansão dos investimentos. Em todo o caso, o efeito sobre o emprego ainda tem sido modestíssimo. Com isso, as perturbações da economia avançam significativamente, pois, se a Europa tem atraído capitais de aplicação financeira, os capitais produtivos buscam emigrar para os Estados Unidos, o que fortaleceria a economia norte-americana e desarmaria o deslanchar europeu. Institucionalmente, do ponto de vista internacional, o esquema FMI, Banco Mundial e OMC procuraria fortalecer a situação da economia norte-americana e do capital financeiro, inscrevendo propostas básicas de ampliação e de proteção dos investimentos internacionais, bem como a expansão notória no comércio e no setor serviços e uma penetração significativa nas compras governamentais. Essa expansão, tensionada até o máximo, envolveria um maior enfraquecimento dos Estados nacionais no controle de suas políticas econômicas, principalmente nos de menor porte. Seria um enfraquecimento na defesa dos interesses nacionais, mas, em verdade, um fortalecimento interno desse Estado, tanto contra os que defendem o interesse coletivo, o bem comum, como para efetuar pagamentos em larga escala de juros da dívida pública, prescrevendo, para tal, substancial parte da receita pública.

O que está expresso na área econômica é que as eleições tendem, no campo geral, a alterar pouco a direção do capitalismo, que continuará financeiro hegemonicamente. Enquanto os republicanos tendem a construir políticas econômicas que favorecerão a guerra, a indústria bélica e a área financeira, o

consumo a partir de isenções fiscais, mantendo os déficits comercial e fiscal, os democratas tenderão a buscar meios para diminuir a importância da indústria bélica, encontrar saídas para investimentos produtivos, investimentos em inovação e tecnologia, compatibilizando-os com a criação de empregos e, se possível, com alguma ampliação da renda e das oportunidades. Provavelmente, não conseguirão reverter o déficit fiscal, nem o déficit comercial, mas, parece óbvio, manterão, ambos os partidos, uma política de dólar fraco. Porém parece também mais do que nunca decisivo que **será a política a orientadora de uma definição da economia**. O horizonte da guerra levar-nos-á para um lado — a ampliação do unilateralismo imperial —, e a multipolaridade consentida, para outro — a tentativa de resolução da guerra e um certo redirecionamento da economia. Assim, no fundo, o que decidirá a economia, a essa altura do espetáculo, serão, ao nosso ver, as opções políticas diante da crise da sociedade norte-americana.

“Tá lá o corpo estendido no chão”

Nenhum país pode participar da mundialização sem levar em conta os Estados Unidos. E cabe, neste final de artigo, após o desenho mais geral, descer a um nível, a um aspecto que toca a sociedade que nos interessa, o Brasil. Vamos tentar esboçar com rabiscos, se possível atilados, o panorama, o cenário onde se darão os efeitos das eleições norte-americanas. Para principiar, voltemo-nos para o oceano da globalização, declarando sinteticamente que hoje, no Governo Bush, os norte-americanos trabalham com dois eixos: a unipolaridade política e a multipolaridade econômica, sendo aquela, pelo menos, polêmica. Diante desse quadro, o Governo eleito em 2002 no Brasil estabeleceu uma estratégia de autonomia (Souza, 2003b), porque nela vamos encontrar uma resposta também dupla, mas unida pela citada idéia de independência.

Embora haja uma unidade de ação, os palcos dessa dupla resposta são distintos. O primeiro, que tem a dimensão do planeta, é um palco largo e povoado por inúmeros países, que se movimentam no cenário internacional com hierarquia e poses diferentes. O segundo é um palco mais fechado, mais político-burocrático, mais específico, leva o nome de FMI. Falando sobre o palco planetário, o Brasil dispôs-se a praticar o não-alinhamento automático, embora geopoliticamente esteja ao lado dos norte-americanos. Isso significa afastar-se de uma posição mecânica, subalterna e submissa. A postura, além disso, traz uma inovação imprescindível, tem como complemento a idéia simples e básica de atuar em todas as dimensões da globalização. O Brasil perce-

beu que, sem independência, nada poderia ser encaminhado. Reduziríamos nossa ambição, na ausência de uma postura de autonomia, a um balaio de ilusões perdidas. O que se adquire é um rumo estratégico adequado para a nossa importância e para o nosso porte. Então, como uma ave que encontrou na metamorfose a sua saída, a solução poderia ser tornar-se um *global player*, o que quer dizer: desenvolver uma estratégia para posicionar-se na globalização — e na globalização como um todo. Na questão do não-alinhamento, os exemplos são abundantes: os Estados Unidos foram pela guerra, o Brasil, pela paz; os Estados Unidos forçaram uma resolução de guerra no Conselho de Segurança, o Brasil, mesmo não sendo do Conselho, foi contra; os Estados Unidos trabalham contra o terrorismo através da guerra, o Brasil propõe um fundo para atacar a fome; os Estados Unidos foram contra o protocolo de Kyoto, o Brasil, a favor; os Estados Unidos queriam a ALCA ampliada (sem agricultura), o Brasil foi favorável à ALCA *light*; os Estados Unidos praticaram o protecionismo para o aço, o Brasil aliou-se ao Japão e à Europa na OMC contra os norte-americanos, etc. Mas o lado do posicionar-se foi notável: a sustentação do Mercosul, a disposição pela ALCA *à la carte*, a aglutinação com a Índia e a África do Sul no G-3, a criação do G-X nas questões da OMC, os diálogos com potências médias (Índia, China), os contatos com a Rússia, a política de contrabalanço aos Estados Unidos em relações com a União Européia, etc. Toda essa posição culmina na defesa de um multilateralismo político.

Já no segundo palco, a jogada é dura e decisiva e dá-se num momento muito interessante. Por causa da situação brasileira diante do FMI, o Brasil vem tendo comportamento exemplar, respeitando contratos, zelando pela liberdade dos capitais e pela abertura comercial, mantendo um bom período de superávits fiscais, trabalhando com câmbio flutuante, etc. Dessa maneira, a Nação tem condições de estabelecer observações que vão contra o comportamento tradicional do Fundo. Porque, na verdade, o Brasil pode se propor como interlocutor, na medida em que, além de cumprir os acordos propostos, ao mesmo tempo trabalha no cenário político internacional como um ator menor, mas ainda assim ator. A propositura terá que ser vista sob outro ângulo, não como simples reclamações de sôfregos devedores desejando perdões ou tratamento especiais. Mas o que ela contém de tão especial, além do que dissemos? O Brasil, sutilmente, está pondo a nu o papel do FMI, cuja função — cumprida com obstinação, forte determinação e grande apoio norte-americano e do G-7 — tem sido sustentar, além da liberdade financeira, a busca de que haja sempre o ressarcimento adequado, e o mais rápido possível, da rentabilidade das aplicações das finanças privadas. Mas há algo mais profundo no questionamento do Brasil. A ordem econômica internacional tem um objetivo principal: centrar a

dinâmica da economia na expansão da renda financeira. Ou seja, não há preocupação nem com o desenvolvimento produtivo (vejam-se as taxas medíocres de crescimento do País e da América Latina na década de 90), nem com a expansão do emprego e o crescimento dos salários (basta considerar o desastre brasileiro com suas expressivas taxas de desemprego). E isso tem sido o resultado constante das políticas do FMI, não apenas para o Brasil, mas para o resto do mundo. Logo, a proposta fundamental do Brasil é a transformação da concepção de desenvolvimento financeiro, requerendo que o FMI transforme a sua visão financeiro-contábil e passe a agregar nela, ao menos para os países emergentes, um apoio para a expansão da produção. O investimento produtivo, como já defendia Stieglitz (2002), tem que ser levado em conta, ao menos para os países emergentes. E, com isso, o multilateralismo econômico, no qual a economia dos Estados Unidos está envolvida como líder do crescimento mundial, estaria recebendo uma concepção menos financeira. Com o domínio das finanças, não há dúvida, a economia haveria de continuar a ser financeira, mas teria que ser reformuladoramente produtiva. A resistência das finanças, no entanto, é enorme — seja ideológica, seja econômica, seja politicamente —, mas Lula tem feito uma gestão no nível dos Presidentes, por exemplo, Bush, Chirac e Schröder, para alterar tal situação e tal visão.

Finalizando, a liderança mundial da ordem política, qualquer que fosse o eleito, teria que ter um projeto mundial para uma ordem econômica de uma sociedade mundial mais justa e menos gerida pelos meros mecanismos de mercado. Se não tivesse esse projeto, ao menos poderia conduzir a uma modificação da estratégia financista do FMI. Isso quer dizer que o Estado nacional dos norte-americanos, como condutor político da hegemonia financeira, inclusive no interesse do próprio capital financeiro, teria que tratar de resolver politicamente, com arrojo e sem falsas retóricas, “a crise neoliberal crônica” dos países emergentes (Duménil; Lévy, 2003). Poderia resultar disso a concepção de uma teoria do desenvolvimento financeiro e produtivo do mundo paralela à construção do projeto aludido. Caso contrário, a constatação do destino para os países de fora do Primeiro Mundo será como um verso da música brasileira: “Tá lá um corpo estendido no chão”. O terrorismo é, nos países mais pobres, o princípio dessa incapacidade dos poderosos do mundo — finanças e Estados — de repensar, fora da guerra, uma solução ampla para uma ordem econômica e política que não seja sustentada pela estrutura militar. De qualquer forma, para o Brasil, o interessante seria que surgisse das eleições norte-americanas um fato novo, que fosse — sonhar é grátis — transformador da velha ordem financeira.

Referências

- ACTUEL MARX: le nouvel ordre imperial. Paris, PUF, n. 33, 2003.
- AGLIETTA, Michel; ORLÉAN, André. **La monnaie entre violence et confiance**. Paris: Odile Jacob, 2002.
- ARRIGUI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- BAUDRILLARD, Jean. **L'esprit du terrorisme**. Paris, Galilée, 2002.
- BENSAID, Daniel. **Le nouvel internationalisme**. Paris, Textuel, 2003.
- BRENNER, Robert. **O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial**. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- CLAUSEWITZ. **A arte da guerra**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1965.
- CRÍTICA MARXISTA. Rio de Janeiro: Revan, n. 17, 2003.
- DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. Neolibéralisme, néomilitarisme. **Actuel Marx**, Paris, PUF, n. 33, 2003.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- KAGAN, Robert. **La puissance et la faiblesse**. Paris: Plon, 2003.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- POLÍTICA EXTERNA. São Paulo: Paz e Terra, v. 12, n. 2, set./nov. 2003.
- RAMONET, Ignácio. **Guerras do Século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SCHERER, André Luís Forti. O modelo norte-americano da governança corporativa: gênese, instrumentos e consequência. **ENSAIOS FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 429-451, 2003.
- SOROS, George. **A crise do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- SOUZA, Enéas de. Onde começa o império. **ENSAIOS FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 403-428, 2003a.
- SOUZA, Enéas de. Autonomia em tempos de guerra. **INDICADORES ECONÔMICOS, Porto Alegre**, v. 31, n. 3, p. 155-172, 2003b.

SOUZA, Enéas de. O fruto dourado das finanças. **Carta de Conjuntura**, Porto Alegre: FEE, v. 9, n. 5, ago.1999.

STIEGLITZ, Joseph. **El malestar en la globalización**. Buenos Aires, Taurus, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição; FLORI, José Luís. **Poder e dinheiro**. Petrópolis: Vozes, 1997.

TODD, Emmanuel. **Depois do império**: a decomposição do sistema americano. Rio de Janeiro: Record, 2003.